



A GEOGRAFIA E O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO

Caio Martins Homem Esquioga¹

RESUMO

Este texto buscou fazer uma síntese da apresentação proposta no XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. O texto resgatou o argumento produzido na dissertação de mestrado intitulada: “Os Sertões” e a História do Pensamento Geográfico: a autonomização e a formação do trabalho no Brasil. A dissertação foi um estudo sobre a principal obra de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, e a partir dela buscou estabelecer relações com os autores da história do pensamento geográfico, Friederich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. A dissertação buscou historicizar o processo de formação dos Estados nacionais, pensando a particularidade do Brasil neste processo. O texto termina com alguns questionamentos sobre o papel da geografia e da ciência diante do colapso da modernização.

Palavras-chave: Geografia, História do Pensamento Geográfico, Literatura, Os Sertões, Nação.

RESUMEN

Este texto buscó resumir la presentación propuesta en el XIV Encuentro Nacional de Posgrados e Investigaciones en Geografía. El texto rescata el argumento producido en la tesis de maestría titulada: “Os Sertões” y la Historia del Pensamiento Geográfico: la autonomía y la formación del trabajo en Brasil. La disertación fue un estudio sobre la obra principal de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, y a partir de ella buscó establecer relaciones con los autores de la historia del pensamiento geográfico, Friederich Ratzel y Paul Vidal de La Blache. La disertación buscó historizar el proceso de formación de los estados nacionales, considerando la particularidad de Brasil en este proceso. El texto finaliza con algunas preguntas sobre el papel de la geografía y la ciencia ante el colapso de la modernización.

Palabras clave: Geografía, Historia del Pensamiento Geográfico, Literatura, Os Sertões, Nación.

ABSTRACT

This text sought to summarize the presentation proposed at the XIV National Meeting of Graduate Studies and Research in Geography. The text rescued the argument produced in the master's thesis entitled: “Os Sertões” and the History of Geographical: autonomy and the formation of work in Brazil. The dissertation was a study on the main work of Euclides da Cunha, “Os Sertões”, and from it it sought to establish relationships with the authors of the history of geographic thought, Friederich Ratzel and Paul Vidal de La Blache. The dissertation sought to historicize the process of formation of national states, considering the particularity of Brazil in this process. The text ends with some questions about the role of geography and science in the face of the collapse of modernization.

Keywords: Geography, History of Geographic, Literature, Os Sertões, Nation.

¹ Mestre em Geografia Humana -USP -PPGH. Bacharelado e Licenciatura pela Universidade de São Paulo.
caioesquioga@hotmail.com



Introdução

A apresentação realizada no XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, foi o desdobramento de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP com o título: “Os Sertões” e a História do Pensamento Geográfico: a autonomização e a formação do trabalho no Brasil. Algumas questões levantadas durante a apresentação não estão materializadas na pesquisa, mas fazem parte das perguntas que surgiram a partir dela.

A pesquisa se constituiu a partir de uma resenha do livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha, que não buscou analisar aquilo que o autor realmente quis dizer, ou buscar o seu verdadeiro discurso, mas buscar as contradições presentes no texto e a partir delas delimitar a posição do pesquisador diante do objeto. Uma ressalva importante neste processo de pesquisa, é a preocupação em distanciar-se de uma leitura que entende o livro enquanto uma espécie de “atraso” do pensamento social do século XIX em relação ao pensamento social do século XXI, ao final da dissertação são apresentadas duas obras contemporâneas ao autor, o conto “O Alienista” de Machado de Assis e o livro “Triste Fim de Policarpo Quaresma” de Lima Barreto, as duas obras foram utilizadas nesta pesquisa para tentar criticar a posição do pesquisador que olha para o passado e delimita seus interlocutores enquanto errados ou atrasados, diante da visão do pesquisador no século XXI, a partir de Machado de Assis e Lima Barreto, é possível apresentar um pensamento crítico diante da realidade que os cercavam.

A partir desta resenha do livro foi possível estabelecer relações entre a obra de Euclides da Cunha e os autores da chamada Geografia clássica, Friederich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. A bibliografia utilizada para esta pesquisa foram: “Geografia: Pequena História crítica” (MORAES, 2005), “Ratzel”² (MORAES, 1990) e “Princípios de Geografia Humana” de Paul Vidal de La Blache. Neste ensaio será apresentado de forma resumida os principais pontos abordados na dissertação que serviram como base para a apresentação neste evento.

² Ratzel (1990), é uma coletânea de textos publicadas por F.Ratzel, organizado por Antonio Carlos Robert de Moraes. Os textos escolhidos são: “Antropogeografia”; “As Raças Humanas”; “A Córsega: Estudo Antropogeográfico”; “As Leis do Crescimento Espacial dos Estados”.



Os Sertões

Ao deparar-me com o estudo do livro “Os Sertões”, em determinado momento da leitura uma questão pertinente que surgiu foi refletir sobre qual seria o objetivo de Euclides da Cunha na construção do seu livro. A lembrança mais comum quando citamos o livro são os quatro últimos parágrafos de sua Nota Preliminar:

Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.

E foi, na significação integral da palavra, um crime.

Denunciemo-lo.

E tanto quanto o permitir a firmeza do nosso espírito, façamos jus ao admirável conceito de Taine sobre o narrador sincero que encara a história como ela o merece (CUNHA, 2011, p.67)

Antes de estudar o livro de Euclides da Cunha quando escutava alguma referência, estas se detinham em explicar o livro como a principal fonte de denúncia sobre o que significou o massacre de Canudos. A ideia mais difundida sobre o livro, faz de Euclides da Cunha a voz daquele massacre que dominou em certa medida o imaginário geral sobre esta história. A outra parte, não menos importante, é a revisão bibliográfica que o autor faz sobre a formação racial brasileira, ou seja, na sua visão o que até ali havia impedido o desenvolvimento do Brasil seria a sua formação racial “incompleta”, que também haveria prejudicado a evolução da Nação brasileira na marcha para a “civilização”. O autor teria realizado na guerra de Canudos o trabalho de campo que constituía a tese da sua pesquisa sobre a formação racial brasileira, e ali ele teria visto a “rocha viva” da raça nacional. A ideia de ver está em aspas, pois é relevante tentar apresentar qual seria o significado deste ver de Euclides.

Estava defronte de uma sociedade que progredindo em saltos, da máxima frouxidão ao rigorismo máximo, das conspirações incessantes aos estados de sítio repetidos, parecia espelhar incisivo contraste entre a sua organização intelectual imperfeita e a organização política incompreendida.

De sorte que lhe sendo impossível substituir o lento trabalho de evolução para alevantar a primeira ao nível da última, deixava que se verificasse o fenômeno inverso: a significação superior dos princípios democráticos decaía – sofismada, invertida, anulada (CUNHA, 2011, p. 418).



A citação acima faz parte de uma reflexão que Euclides faz sobre a 3ª expedição fracassada contra Canudos, chefiada por um comandante facínora chamado “Coronel Antônio Moreira César”, e nesta reflexão ele anuncia uma certa “propensão” a desordem no Brasil devido a sua “organização intelectual imperfeita”, ou em outro trecho, “Antes, porém, insistimos numa proposição única: atribuir a uma conjuração política qualquer a crise sertaneja exprimia palmar insciência das condições naturais da nossa raça (CUNHA, 2011, p.502).” A ideia do “ver” aqui é de extrema importância pois abre um caminho importante para refletir qual é a relação que se estabelece entre o campo e a revisão bibliográfica. A interpretação teórica de Euclides, o levava a enxergar em campo, o mesmo racismo presente em seus livros e cotidiano de forma naturalizada. A leitura racializada provoca aquilo que Euclides queria ver quando estudava em seu gabinete se materializar em campo, ou seja, a sua explicação lógica para a formação racial naturalizava um processo social que passava as suas costas, e assim escapa a sua leitura a naturalização da forma social da mercadoria, que ao não ser historicizada, aparece enquanto uma questão da “natureza”, dotada de neutralidade e que ali existiria para a descoberta dos cientistas.

A grande questão que estas análises acabam partindo são os desdobramentos teóricos que naturalizam uma determinada forma-social que só estabelece a partir da violência, e que ao naturalizar traduzem uma ideia de natureza “que sempre foi assim”. Desta forma, Euclides justifica os “problemas” enfrentados pelo Brasil, ou a sua não formação nacional enquanto um problema do povo devido a sua histórica miscigenação. Toda a bibliografia que o autor se ampara são autores influentes do século XIX que buscavam uma explicação científica para a escravização de outros povos que não o europeu, se amparando em argumentos racistas, dentre eles Paul Broca, Henry Thomas Buckle, Ludwig Gumplowicz e Nina Rodrigues, para citar alguns.

Esta questão é tratada de maneira resumida aqui, mas é importante defender a ideia que uma das principais questões do autor ao escrever sua grande obra é sua pesquisa sobre a verdadeira raça nacional, ou segundo ele mesmo, a rocha viva da nossa raça ou a que mais se aproximaria da “original” diante da história de miscigenação da formação nacional.



O período histórico e seu local de formação são elementos necessários para compreensão mais aproximada das ideias de Euclides da Cunha. Ele se formou na escola de Engenharia Militar do Exército Brasileiro, e a formação de oficiais naquele período era influenciada pela produção científica europeia, diretamente ligada ao positivismo de Augusto Comte. Segundo esta corrente filosófica, o conhecimento científico busca a verdade e esta seria aferida a partir de observações empíricas para descobrir leis gerais que explicassem o funcionamento da sociedade, tal qual os métodos e resultados esperados das ciências da natureza. As principais questões que envolviam o debate na época de Euclides diziam respeito as condições que o meio ambiente exerceria sobre a formação de uma raça, e como a partir desta relação entre raça e ambiente, a primeira evoluiria rumo a civilização.

A partir das questões levantadas acima foi possível desenvolver que um dos principais objetivos envolvidos na obra de Euclides era encontrar a “verdadeira” raça nacional, e a justificativa de sua heroicidade como a construção da epopeia de uma nação, através da sua grande obra “Os Sertões”.

A divisão de “Os Sertões”

O livro está dividido em três partes: “A Terra”, “O Homem” e a “Luta”, a forma como Euclides da Cunha divide sua obra é muito semelhante ao que Antônio Carlos Robert de Moraes (2005) concebe enquanto a Geografia Regional, ou a Geografia Francesa, que teria como forma de método de estudo do planeta Terra a sua divisão em regiões, que seriam divididas a partir do estudo dos pesquisadores, estes fariam uma espécie de divisões de áreas terrestres a partir da confluência de três aspectos “A Terra”, “O Homem” e “Dinâmicas econômicas”, e assim determinaria a identidade daquela área e que a diferenciaria em relação aos outras regiões terrestres. A forma como Euclides da Cunha divide seu livro de assemelha muito a este método proposto pela Geografia francesa.

Na primeira parte denominada “A Terra” é feita uma descrição física³ do Brasil com um enfoque naquilo que ele denomina como sertão, pois segundo o autor é no arraial de Canudos que foi encontrada a raça que mais se aproximaria da raça primordial brasileira. O objetivo desta pesquisa não foi estudar a constituição física do Brasil feita

³ Geologia, Clima, Vegetação, Hidrografia e Geomorfologia



por Euclides da Cunha, análise já realizada pelo geógrafo Aroldo de Azevedo (1950). O foco desta pesquisa foi discutir a teoria apresentada sobre a história da formação do Brasil para identificar quais são os pressupostos científicos de seu embasamento e a forma que estes naturalizam a mercadoria, o racismo e a violência enquanto mediação social.

O que chama atenção neste capítulo é a comparação que o autor vai estabelecendo entre a dificuldade para a formação da Vida no sertão, e a similaridade com a “luta” para a sobrevivência da raça que ali se constituiria, o autor vai utilizando diversas metáforas bélicas para dar um tom épico a sua narrativa:

Mas como este, por seu turno, é áspero e duro, exsiccado pelas drenagens dos pendores ou esterilizados pela sucção dos estratos completando as insolações, entre dois meios desfavoráveis— espaços candentes e terrenos agros— as **plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo**, impressos, todos os estigmas desta **batalha surda**. [...]

Ora quando, ao revés das anteriores, **as espécies não se mostram tão bem armadas para a reação vitoriosa**, observam-se dispositivos porventura mais interessantes: unem-se, **intimamente abraçadas, transmutando-se em plantas sociais**. Não podendo revidar isoladas, disciplinam-se, congregam-se, arregimentam-se [...] (CUNHA, 2011, p.117 e 121).

A articulação de palavras associadas a guerra narra a formação da Vida, da vegetação e dos animais no sertão, estas narrativas epopeicas vão se construindo até chegar na segunda parte do livro intitulado, “O Homem”.

Todo este movimento de texto para justificar o encontro da raça que mais se aproximaria da que seria a genuinamente nacional. Assim a influência do meio na formação deste “corpo” racial que o autor denomina de “Sertanejo”.

Ora, toda essa população perdida num recanto dos sertões lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo. Enquanto mil causas perturbadoras complicavam a mestiçagem no litoral revolvido pelas imigrações e pela guerra; e noutros pontos centrais outros empecos irrompiam no rastro das bandeiras – ali, a população indígena, aliada aos raros mocambeiros foragidos, brancos escapos à justiça ou aventureiros audazes, persistiu dominante. (CUNHA, 2011, p.195)

Assim, Euclides buscava inverter a bibliografia europeia na qual se baseava para justificar a formação racial brasileira, que entendia a miscigenação enquanto um problema, questão esta que o autor não descarta, porém inverte ao dizer que a miscigenação explicaria a má formação intelectual, porém diante do ambiente “hostil” a Vida no qual aquela raça haveria se construído seria um ambiente propício para a formação de uma raça com o corpo forte, e estaria aí a excepcionalidade da raça brasileira,



apesar de todas as dificuldades para a formação da Vida teria se constituído um corpo forte e resistente.

A partir daqui é possível explorar um pouco melhor as ambiguidades presentes na apresentação de Euclides sobre a Guerra de Canudos. A questão da má formação racial proposta por Euclides, também serve como explicação e de certa forma como justificativa para o extermínio executado pelo exército contra o arraial de Canudos.

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e visando incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários.

Mas sob a pressão de dificuldades exigindo solução imediata e segura, não havia lugar para essas visões longínquas do futuro (CUNHA, 2011, p. 682).

Não seria inesperado que a pessoa que aqui estivesse lendo estas linhas se questionasse, se este breve ensaio faz recortes específicos de determinados trechos da obra para assim concretizar a visão que este pesquisador quer “enquadrar” Euclides da Cunha, esta crítica seria inescapável e até carregaria uma dose de veracidade, porém vale deixar registrado, que em outros trechos Euclides se refere a guerra de Canudos como um absurdo, um ato bárbaro e covarde, mas convém aqui ressaltar a perspicácia da construção argumentativa de Euclides em seu livro, que vai construindo de maneira ambígua sua interpretação sobre a luta, que em alguns momentos é dotada de perversidade por parte do exército mas que em outros têm uma ideia de inevitabilidade diante de um atraso que seria genético e que não haveria tempo diante da “desordem” que se alastrava pelo Brasil.

Viu-se, então, um caso vulgaríssimo de psicologia coletiva: colhida de surpresa, a maioria do país inerte e absolutamente neutral constituiu-se veículo propício a transmissão de todos os elementos condenáveis que cada cidadão, isoladamente, deplorava. Segundo o processo instintivo, que lembra na esfera social a herança de remotíssima predisposição biológica, tão bem expressa no *mimismo psichico* de que nos fala Scipio Sighele, as maiorias conscientes, mas tímidas revestiam-se, em parte, da mesma feição moral dos medíocres atrevidos que lhes tomavam a frente. Surgiram, então, na tribuna, na imprensa e nas ruas – sobretudo nas ruas – individualidades que nas situações normais tomariam à pressão do próprio ridículo. (CUNHA, 2011, p. 419 e 420)



Outro grande fator relevante desta argumentação, é o curto circuito ao qual a construção épica de Euclides se depara em relação ao exército, este que logicamente deveria servir aos interesses da Nação e do seu povo, como justificar que o exército nacional haveria cometido um crime contra sua própria população, as ambiguidades presentes no livro parecem ser uma tentativa do autor de agradar a um grande número de leitores e assim apresentar seu livro como o grande achado da história nacional, chave importante para o avanço da civilização da qual este tinha muita fé.

A Geografia Clássica e Euclides da Cunha

Estas questões relacionadas ao exército, a formação nacional e a formação de uma identidade nacional, são perguntas que circulavam no processo de constituição desta pesquisa, todos estes temas foram encontrados em “Os Sertões”, estas questões também se articulam ao que convencionou chamarmos de autores da História do Pensamento Geográfico. Estabelecendo assim mais uma relação entre os propósitos apresentados na obra de Euclides da Cunha e os autores clássicos da História do Pensamento Geográfico.

O contexto histórico que possibilitou essas relações era o do Imperialismo europeu no século XIX e XX, no qual a França (também por meio de La Blache) buscava legitimar seus projetos imperialistas para além da Europa, e, dessa maneira, era proveitoso ao seu projeto de Estado se aprofundar nos estudos de Geografia, tanto para invadir outras terras, como para recuperar partes importantes do seu território – Alsácia, Lorena – da Alemanha, que, assim como outros Estados europeus, também buscava estabelecer seus domínios dentro e fora da Europa, uma vez que fora excluída do início da partilha colonial de países africanos devido a sua unificação tardia. As reflexões de Euclides não objetivavam um expansionismo do território brasileiro, mas buscavam uma unificação da Nação brasileira – a partir do discurso racial – com o intuito de criar uma identidade nacional de um país que acabava de abolir a escravidão e transitava da Monarquia para a República, e, logo, havia uma preocupação com uma “fragmentação” do território nacional e um ideal evolucionista, que almejava a “criação” de uma Nação tendo em vista o progresso nacional.



As nações existem não apenas como funções de um tipo particular de Estado territorial ou de aspiração em assim se estabelecer – amplamente falando, o Estado- cidadão da Revolução Francesa -, como também no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico. A maioria dos estudiosos, hoje, concordaria que línguas padronizadas nacionais, faladas ou escritas, não podem emergir nessa forma antes da imprensa e da alfabetização em massa e, portanto, da escolarização em massa (HOBSBAWM, 1990, p.19).

O que esta pesquisa pretendeu estudar foi o processo histórico de constituição dos Estados nacionais, o debate de identidade nacional tão propagados nos últimos anos no Brasil, parece muito vezes estabelecer a ideia da Nação como um desenvolvimento “natural” da história humana, o que buscou-se evidenciar aqui é o processo histórico violento de imposição da forma mercadoria, e como a divisão do mundo em Estados nacionais para o desenvolvimento do comércio global, faz parte de um processo histórico que nada tem de natural.

Conclusão

A palavra do ano incluída no dicionário de Oxford no ano de 2016, a era da pós verdade⁴, que nos coloca diante de um imenso desafio, ao mesmo tempo em que as descobertas científicas básicas como a esfericidade da Terra passam a ser colocadas em questão por alguns grupos, e assim algo tão material e empírico está colocado enquanto dúvida, como então encaminhamos um debate acerca das causas da desigualdade social? Diante de tais absurdos, este momento nos obriga a tomarmos posições como a exaltação de um discurso sobre a importância da Ciência, a geográfica aqui no caso, porém não é possível dissociar que o a história de formação da geografia esteja diretamente associada a um momento histórico de formação dos Estados nacionais e que surgiu como uma dos braços deste colapso, que partindo do momento atual se evidencia de diferentes formas, seja pelo aumento exponencial da miséria das populações mundiais seja pela catastrófica destruição ambiental e o surgimento de uma pandemia como a Covid-19.

Diante de tais desafios como construir uma Ciência que de conta da sua autocrítica de formação ao mesmo tempo em que precisa dialogar com uma sociabilidade que caminha a passos largos para sua extinção? que as emoções e as crenças pessoais. O

⁴ Post-truth (pós-verdade): relativo ou referente a circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do



segundo caminho de conversa proposto por este resumo tenta também trazer algumas questões relacionadas ao papel da geografia escolar.

A apresentação de Lacoste sobre a chegada da geografia no ensino básico é elucidativa sobre o contexto de formação da geografia e a sua relevância no contexto histórico e com quais propósitos ela foi introduzida no ensino regular. Hoje ainda, em todos os Estados, e sobretudo nos novos Estados recentemente saídos do domínio colonial, o ensino da geografia é, incontestavelmente, ligado à ilustração e à edificação do sentimento nacional. Que isso agrade ou não, os argumentos geográficos pesam muito forte, não somente no discurso político (ou politizado), mas também na expressão popular da ideia de pátria, quer se trate de reflexos de uma ideologia nacionalista invocada pelos coronéis, uma pequena oligarquia, uma “burguesia nacional”, uma burocracia de grande potência, ou se refira aos sentimentos do povo vietnamita.

A ideia nacional tem algo mais que conotações geográficas; ela se formula em grande parte como um fato geográfico: o território nacional, o solo sagrado da pátria, a carta do Estado com suas fronteiras e sua capital, é um dos símbolos da nação. A instauração do ensino de geografia na França no fim do século XIX não teve portanto como finalidade (como na maioria dos países) difundir um instrumental conceitual que teria permitido apreender racionalmente e estrategicamente a espacialidade diferencial de pensar melhor o espaço, mas sim de naturalizar “fisicamente” os fundamentos da ideologia nacional, ancorá-los sobre a crosta terrestre; paralelamente, o ensino da história teve por função a de relatar as desgraças e os sucessos da pátria (LACOSTE, 1997, p.57).

Ao mesmo tempo que o estudo de formação da geografia nos revela o quanto ela fez parte da constituição desta sociabilidade catastrófica, vivemos atualmente algo que pode ser ainda pior, pois se no início a geografia surgiu como forma de legitimação do Estado nacional, ao longo dos anos ela foi se modificando e adotando posturas críticas em relação a esta sociabilidade.

Hoje a Geografia faz parte do quadro das disciplinas de “Ciências Humanas”, que a cada nova reforma na BNCC vem perdendo mais espaço nas grades curriculares em relação a áreas de Matemática e Linguagens. Nesta sociedade em colapso no qual o desemprego estrutural avança, e o número de descartáveis também, a preparação para o mundo do trabalho que já era terrível passa a tomar contornos ainda piores com a diminuição das disciplinas que razoavelmente traziam alguns questionamentos em



relação ao horror que vivemos. Então, como levar ao limite a crítica da geografia se ao mesmo tempo vemos um processo de desmonte desta disciplina dos currículos escolares?

A reflexão proposta neste evento buscava resgatar a pesquisa realizada durante o mestrado, e articular as ideias ali levantadas com as principais questões que envolvem a docência de Geografia e assim qual seria o papel da Geografia diante do colapso da Modernização. Também tentou-se sintetizar a ideia sobre a formação da ciência no Brasil, e o como ela está diretamente relacionada a formação do racismo estrutural. Desta forma esta reflexão busca se distanciar de uma leitura ingênua de exaltação da ciência geográfica e assim buscou discutir como a constituição científica está diretamente associada a formação desta sociabilidade catastrófica mediada pela mercadoria.

Chamo atenção para dois caminhos que valem aprofundar o debate em um momento posterior: a quem interessa a diminuição das disciplinas de ciências humanas (Geografia, História, Filosofia e Sociologia)?

O outro aspecto importante é a incorporação do notório saber para a execução dos itinerários formativos, juntando-se a diminuição das disciplinas de ciências humanas, esta incorporação de profissionais de outras áreas parece uma resposta, ao contexto de crise do trabalho e que aprofunda ainda mais a dificuldade de docência no Brasil.

Desta forma esta reflexão se aprofunda num questionamento sobre o papel da pesquisa neste contexto atual, e a necessidade de crítica e ruptura com a forma social da mercadoria, desta forma a crítica a geografia deve ser transcendente, pois a simples reafirmação da ciência geográfica é o encontro de costas com o próprio mundo da mercadoria que gestou a catástrofe que vivemos.

A maioria da população mundial já consiste hoje, portanto, em sujeitos-dinheiro sem dinheiro, em pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, nem pré-capitalista nem na capitalista, e muito menos na pós-capitalista, sendo forçadas a viver num leprosário social que já compreende a maior parte do planeta. [...] Mas quando ainda existe algum vencedor no mercado mundial, subsiste evidentemente a ilusão de que a humanidade possa continuar reproduzindo-se nesse sistema e alcançar novos continentes. (KURZ, 1993, p.195)

Pensar sobre a história de constituição da Geografia enquanto uma ciência e sua importância para a formações dos Estados Nacionais, é um importante passo para não dissociar a crítica do processo social que forma esta área de ciência, e que o capitalismo



é parte constituinte deste processo. O cuidado que aqui deve ser tomado no contexto atual, ao qual a ciência passa por um processo crescente de deslegitimação é que precisamos partir de uma crítica à ciência através da própria ciência.

Bibliografia:

CUNHA, Euclides da. Os Sertões (campanha de Canudos)/Euclides da Cunha; edição prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. (Clássicos comentados I), São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

ESQUIOGA, Caio Martins Homem. “Os Sertões” e a História do Pensamento Geográfico: A autonomização e formação do trabalho no Brasil. Dissertação de mestrado, São Paulo, 2019.

LACOSTE, Yves. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 4ªed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à derrocada do capitalismo mundial. Editora Paz e Terra, 5ªed, 1992.

MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital, [tradução de Rubens Enderiele]. São Paulo: Bomtempo, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A Gênese da geografia moderna. São Paulo: Hucitec, 1989.